

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR NA PRODUÇÃO AGROENERGÉTICA DE QUIRINÓPOLIS-GO

WORK AND PRECARIOUS EMPLOYMENT OF THE WORKER IN THE PRODUCTION OF QUIRINÓPOLIS-GO BIOENERGY

Edevaldo Aparecido Souza¹

Rosselvelt José Santos²

RESUMO: O debate das relações de trabalho tem avançado dentro das pesquisas geográficas, sobretudo a partir das recentes mudanças no processo produtivo capitalista. Este texto tem por objetivo discutir, a partir de dados teóricos, o que vem ocorrendo no mundo do trabalho no Município de Quirinópolis, com a territorialização do capital energético e a expansão da cana-de-açúcar. A categoria "trabalho" estabelece relacionamento estreito com outras categorias da geografia, como o espaço e o território que, dinamizados a partir dos movimentos sociais de luta pela terra ou pelo trabalho na terra, são legítimos produtores do espaço geográfico, sendo estes produtores de diferentes formas espaciais, produzindo, desta forma, distintas territorialidades. O trabalho desenvolveu-se a partir de uma reflexão teórica a cerca das relações do trabalho, tendo como subsídio informações através de entrevistas à representantes de órgãos públicos municipais, entidades de classes e pequenos produtores familiares no campo, objetivando a compreensão dos processos materializados no município pela produção agroenergética.

PALAVRAS-CHAVE: agroenergia, precarização do trabalho, produção no campo, camponeses, agronegócio

ABSTRACT: Discussions about labor relations have increased within the geographical researches, mainly because of the recent changes in the process of the capitalist production. This dissertation examines the discussion of what is happening in Quirinópolis' laboring community, from a theoretical data, that is to do with the capital generated that comes from the energy production in its territory. The "work"

¹ Professor da Universidade Estadual de Goiás em Quirinópolis e Doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia. edevaldoueg@yahoo.com.br

² Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. rosselvelt@ufu.br

establishes close relationship with other categories of its geography, such as space and territory, which are driven from the social movements. They fight for a piece of land or are already working on it, they are legitimate producers of geographic space, and these producers, in different ways, are producing a distinct territoriality. This dissertation has developed based on a theoretical reflection about the work taking as input information relations and through interviews with representatives of municipal government agencies, polity classes and small farmers in the field, aiming at understanding the processes of bioenergy production in the city.

KEYWORD: bioenergy, precarious employment, field productions, peasants, Agribusiness

INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade discutir a relação capital-trabalho, dentro de um contexto geográfico, de transformações tecnológicas e nova gestão produtiva do capital no campo brasileiro, sobretudo na região de Cerrado. Pretende analisar esse fenômeno no contexto do Município de Quirinópolis e região, a partir da territorialização do agrohidronegócio, desencadeado pelo atual modelo energético brasileiro, com a implantação de hidrelétricas e do setor de agrocombustíveis.

O trabalho desenvolveu-se a partir de reflexões teóricas acerca das relações de trabalho e da condição das pessoas trabalhadoras e assim buscamos compreender os processos que estão postos no município pela produção agroenergética. Para aprofundar a análise, foram realizadas entrevistas junto aos representantes dos órgãos públicos municipais (Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de administração); entidades de classes, como o Sindicato

Rural e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; bem como aos pequenos produtores familiares rurais.

Quirinópolis é um município constituído de grande quantidade de pequenas propriedades (cerca de 70%), com produção alimentar, sobretudo o leite, mas também hortaliças, suínos, aves. Pelos dados da Secretaria Municipal de Agricultura, são 1.600 pequenas propriedades com menos de 120 ha produzindo feijão, arroz e, em maior quantidade, o milho e a soja (aproximadamente: feijão 10%, arroz 10%, milho e soja 80%)³.

O debate parte das preocupações com as mudanças recentes nas relações de trabalho, desencadeado pelo modelo de flexibilização da produção capitalista, no final do século XX e início deste, quando a sociedade passa por uma série de mudanças e reestruturações em escala não apenas local, mas, sobretudo, planetária.

Dentre essas transformações, está a reestruturação produtiva do capital, que tem promovido também reorganizações socioespaciais no meio urbano e no meio rural. Sabe-se que na base dessas relações encontra-se o trabalho, principal categoria de sustentação da sociedade. No caso em estudo, o capital sucroalcooleiro, gerou postos de trabalho com características particulares para remunerá-lo na perspectiva do mercado internacional, gerando inclusive ampliação da captura do tempo de trabalho do trabalhador, principalmente, quando se considera os seus deslocamentos nas lavouras de cana-de-açúcar.

No período em questão, verifica-se uma mudança muito significativa no território nacional, não apenas no setor da produção, mas também nas áreas de

³ Informação verbal através de entrevista com o secretário municipal de administração, em 2008.

comunicação e informação. As tecnologias associadas às novas formas de gestão e controle do trabalho promoveram, conforme Thomaz Júnior (2002), uma nova divisão social-técnica-territorial, transformando a relação tempo-espaço e provocando alterações profundas, sobretudo na luta de classes.

Como o trabalho se constitui elemento fundante da relação capitalista, é necessário que a Geografia relativize o seu uso, como categoria de análise nas pesquisas científicas, assim como outras ciências humanas tem pesquisado e debatido. Alguns teóricos da Ciência Geográfica já vêm desenvolvendo o tema com muita propriedade, dentre eles, Ruy Moreira, Antônio Thomaz Júnior, Maria Aparecida Moraes Silva e Marcelo Rodrigues Mendonça.

Nossa proposta é estabelecer um uso relacional da categoria trabalho com outras categorias, mais tradicionais da Geografia, como o espaço, o território e o lugar. No caso do espaço rural, compreendem-se, os movimentos sociais de luta pela terra ou na terra, como formas de legitimar, por meio do trabalho os seus legítimos direitos ao espaço geográfico. Como em Quirinópolis, os produtores rurais são afetados no processo de expansão das grandes lavouras e reagem de diferentes formas, expondo seus conteúdos socioespaciais e culturais, compreendemos que esses sujeitos sociais, estão produzindo distintas territorialidades.

Seguindo o raciocínio de autores como Mendonça e Mesquita (2008), a “síndrome do ‘Jeca Tatu’ redundou em um preconceito acadêmico de natureza política”. Silva (2004) destaca que tradicionalmente os povos trabalhadores/camponeses estiveram alijados do poder político do país, visto que a

ideologia dominante os apresentava como portadores do atraso e incapazes de serem precursores de consciência política. Por conta disso, os pesquisadores, em seus resultados e discussões sobre a modernização da agricultura e a produção rural a partir de empresas rurais, acreditam ser esse o “modelo de uso e exploração da terra adequado à racionalidade técnica e científica”.

Mendonça e Thomaz Jr. criticam essa visão por não transparecer a capacidade de perceber que são diversos os atores sociais que compõem a arena societal brasileira, nem tampouco compreendem que existem contradições históricas e que, ancorado em Gonçalves (2003), existem “formas societais de negação e re-existência construídas pelos Povos Cerradeiros no processo de expansão do capital nas áreas de Cerrado” (MENDONÇA; THOMAZ JUNIOR, 2008, p. 2). Implica ainda, compreender o território como espaço de reconhecimento da ação de diversos “atores”, do qual são compostos pelo capital, Estado, agentes endógenos, e também e não menos importante, os autóctones, ou seja, moradores e produtores do próprio local.

DA DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO TRADICIONAL DO CERRADO À MONOCULTURA DO AGRONEGÓCIO

Em uma região, onde até a década de 1950, a atividade econômica era de produção agrícola para o consumo familiar, com ligações de troca ao mercado, em pequena escala, com presença forte de produtores familiares camponeses, recentemente, no município de Quirinópolis, vemos uma situação muito diferente. A produção de alimentos como o arroz, o feijão e o milho, bem como a pecuária

extensiva, foi desterritorializada para ceder espaço para as grandes lavouras, como o milho e a soja na década de 1990 e a cana-de-açúcar a partir de 2004 (SOUZA e SANTOS, 2008).

De acordo com Thomaz Júnior, dos posseiros aos desempregados da indústria, do endividamento dos pequenos produtores familiares aos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, promovido pelas desigualdades sociais estabelecidas no campo. Isso tudo parece decorrer da “concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva”; na cidade, a partir da “desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa”; e pela “convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da exclusão” (2002, p. 136).

Ruy Moreira discute a questão do valor do trabalho entendendo que na fase precedente à revolução industrial, o trabalho, natureza e sociedade interagem numa relação de identidade nessas sociedades. De acordo com o autor, as fases do trabalho conjeturam momentos de festas, “marcos de um calendário de vida e de tempo-espaço que regem a sociedade como um todo” (2001, p. 11). Após esse período, prossegue o autor, de imediato, o valor separa natureza e trabalho para em seguida separar população e trabalho, destacando-o do conjunto da população, tornando tarefa de uma só fração, nasce, portanto, o termo população trabalhadora, a classe do trabalho.

Na etapa final, Moreira apresenta a separação entre população e capacidade física, reduzindo a população trabalhadora à força do trabalho, numa “clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande

e inesgotável arsenal de recursos naturais” (2001, p. 12). Este é o período que Santos (2001) denomina de técnico-científico-informacional, no qual a indústria urbana e rural (o caso das agroindústrias) lança-se sobre os recursos humanos e naturais, sob poder de alta tecnologia de transformação do trabalho e da matéria-prima em mercadorias de qualidade, porém, com reduzida vida útil, intensificando a era dos descartáveis.

Neste contexto, Moreira (2001, p. 12) associa o modelo técnico-científico-informacional de produção à perda de identidades, sobretudo pela separação como o “despojamento da propriedade dos meios de produção dos camponeses, cujos caminhos são os processos de desnaturalização, desterração e desterritorialização do homem”. Esses fenômenos, em alguns lugares do território brasileiro, convertem o campesinato em vendedores de força de trabalho, promovem a migração forçada, esvazia os campos e urbaniza a sociedade.

A partir desse ponto de vista, e em razão das recentes transformações econômicas e tecnológicas da produção agrícola, discutem-se os objetivos e as conseqüências das grandes lavouras de cana-de-açúcar no Cerrado brasileiro. A tecnologia permite a ocupação de pouca mão-de-obra local, ao buscar trabalho de migrantes temporários no corte da cana. Por outro lado, também prioriza a parceria com proprietários rurais que produzem e fornecem a cana para a usina, ou celebram contratos de arrendamento da terra, sendo a produção da matéria-prima, de responsabilidade da empresa agroenergética.

Entretanto, todas essas práticas reduzem ou mesmo eliminam o trabalho familiar, tendo como pressuposto o consumo de solos férteis, ocupação de territórios

envolvendo grupos humanos constituídos histórica e culturalmente, inclusive criando a possibilidade de “quase extinção do antigo sistema produtivo dos produtores tradicionais, quase auto-suficiente” (SANTOS 2008).

Aos pesquisadores, fica a tarefa de desvelar a realidade e a condição socioespacial desses trabalhadores. Investigando a atual condição do trabalhador familiar rural, encontramos em Quirinópolis, homens, mulheres e crianças camponesas produzindo em diferentes condições a vida familiar. Porém, em situação de redefinição dos seus processos produtivos. Em geral, na condição de pressionados pelas grandes lavouras, o trabalho, nas famílias pobres, como tendência, revela-se uma diversificação e tecnificação de parte dos processos produtivos.

Diante destas situações, de acordo com Souza e Borges (2008), “é comum deparar-se com conflitos no nosso cotidiano, onde a luta tornou-se banal, para os que a assistem despercebidos de suas causas e interesses”. Entretanto, prosseguem as autoras, essa problemática tornou-se agente motivador, para a consciência de classe e associação em movimentos sociais de luta pela terra.

O fato é que as famílias que vivem e trabalham no campo continuam sendo atingidas pelo avanço do capital sucroalcooleiro, patrocinado pelo Estado e, de acordo com seus argumentos, são legitimados como a única forma de “desenvolvimento”. Sabe-se que o interesse que justifica esse crescimento econômico encontra-se no direcionamento dos lucros e acumulação do capital e na regulação da balança comercial da economia brasileira. Portanto, as formas de vida e de produção fora desta lógica, devem, de acordo com o sistema vigente, ser entendidas como atrasadas ou simplesmente ignoradas, se necessário banidas das

áreas de expansão desses negócios. A questão é que, ao produzirem e venderem coisas altera substancialmente a vida humana.

Em Quirinópolis, assim com na região, acompanha-se os grandes investimentos no setor energético com a construção de usinas hidrelétricas, como as duas que formam o complexo Caçu/Barra dos Coqueiros, as UHEs Rio Verdinho e Foz do Rio Claro, a PCH Irara, dentre tantas outras, assim como investimentos mais pesados, sendo aplicados na geração de agrocombustíveis a partir do etanol, tendo a cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de combustível para veículos automotores.

A primeira forma de produção energética, acima enunciada, tem desterritorializado povos cerradeiros que, como afirmam Mendonça e Mesquita (2008) e Mendonça e Thomaz Jr. (2008), já haviam passado por esse processo, perdendo território para culturas modernas e se reterritorializando em fundos de vales. Com a desapropriação de terras para a formação de lagos – afogamento dos fundos de vales, nas palavras de Mendonça e Mesquita (2008) – e da reserva legal, estes são forçados a deixar novamente suas terras. Uma vez que as vertentes ou chapadas foram apropriadas pelo capital, as famílias camponesas são (re)direcionadas às cidades, onde se vêem obrigadas à adaptação ao modo de vida urbano.

Com relação à segunda forma de produção, os camponeses são forçados, não pela água, mas pela ilusão econômica de prosperidade ou pela pressão psicológica constituída pela poluição atmosférica (poeira, fumaça e fuligens), poluição pelo odor (vinhaça) e/ou poluição visual, haja vista que agora a visão da

paisagem predominantemente é constituída por de cana-de-açúcar, denominada por muitos como “mar de cana” e não mais de diversidade animal e vegetal.

A FLEXIBILIZAÇÃO NO CAMPO

Com a crise no sistema produtivo capitalista, do padrão de acumulação taylorista/fordista, que se inicia no período do entre-guerras mundiais e na década de 1970 no Brasil, configura-se uma nova fase do capitalismo, apropriando da tecnologia e da ciência, implantando, no Japão, o padrão de acumulação flexível ou, nas palavras de Antunes (2002), da fábrica toyotizada. De acordo com esse autor, não se trata de questionar o avanço técnico-científico, e sim a lógica do metabolismo do capital que converte em descartável e supérfluo o que deveria ser preservado. Ou seja, o casamento de um sistema de produção flexível com a sociedade mais consumista é tudo o que o capital precisava para driblar a crise.

A nova estrutura produtiva mais flexível, com perfil claramente tecnológico como biotecnologia, mecatrônica e informática, lança mão da desconcentração produtiva, empresas terceirizadas, novas técnicas de gestão da força de trabalho, células de produção, trabalho polivalente e qualificado (ANTUNES, 2002), mas apresenta também diminuição do número de postos de trabalho (ZARIAS; EVANGELISTA, 2008), a “empresa enxuta”, como expressa Antunes (2002).

Essa estrutura invade também o campo, transformando a produção agrícola em uma empresa nos moldes da flexibilização. Exemplo disso pode se destacar o

emprego de máquinas agrícolas com tecnologias de ponta, extinguindo postos de trabalho de inúmeros trabalhadores rurais que não aprenderam a lidar com máquinas, sobretudo as modernas computadorizadas. Surgem novos postos de trabalho com exigências de alta qualificação profissional, que, se por um lado proporciona uma elevação do nível de salários, por outro lado, necessita de trabalhadores também qualificados.

Esse fenômeno aumenta o número de desempregados despreparados, que são direcionados para as cidades, mais precisamente em áreas periféricas, com dificuldades de acesso a serviços, de saúde, educação e moradia, com qualidade. Sem qualificação profissional ou estudo, estas pessoas só encontram trabalhos precários e mal pagos ou engrossam os movimentos de trabalhadores rurais sem terras que lutam pela implantação da reforma agrária, possibilitando o retorno ao campo.

Em geral, afirmam Zarias e Evangelista (2008, p. 7), “as pessoas costumam vincular a extinção e criação de profissões ao uso de novas tecnologias, mas é importante investigar a dinâmica social como agentes dessas transformações [...]”. Analisando a realidade por essa afirmação, é preciso destacar que há todo um sistema preparado para garantir o funcionamento do novo padrão flexível, ou seja, não bastam equipamentos e computadores de última geração tecnológica, é necessário haver uma gestão onde os que se mantêm empregados, se sintam os “melhores”, cria-se então uma competição baseada na qualificação, em uma sociedade que reconhece a eficácia do sistema e se sente orgulhosa por seu país/estado/município ter empresas dessa natureza.

Opondo-se a esse pensamento, Antunes (2002, p. 39) discute a questão do estranhamento, que não é próprio do modelo flexível, mas que o preservou, “ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre a elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas”. A alienação, conforme Antunes, ancorado em Holloway (1997) é a objetificação do sujeito e este aliena sua subjetividade que é apropriada por outros. A partir desta ideologia, ao mesmo tempo em que “o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade” (ANTUNES, 2002, p. 41). Na verdade, segundo o autor, apoiado em Holloway (1997), a alienação não é um aspecto da luta de classes, e sim a luta do capital para existir.

Para Dias (2008) o trabalho real e formal foi subordinado pelo capital, aparecendo com a história natural do capital, das técnicas, da produção, porém, nunca do trabalho. Diz ainda que o mercado não se reconhece como conjunto das forças e relações capitalistas de produção, desta forma, as classes não são portadoras de projetos, são apenas coletivos compradores. O fato é que querem nos fazer crer que são os consumidores quem determinam toda a produção e isso contribui eficientemente com a expropriação, ao trabalhador, da condição de existência enquanto classe.

USINAS HIDRELÉTRICAS COMO PARTE DO MODELO AGROHIDRONEGÓCIOS

Não é apenas o solo que o grande capital busca como recurso necessário para a implantação de uma atividade altamente produtiva e lucrativa. Busca-se, nesta nova etapa do capitalismo, uma somatória de recursos naturais facilitadores de implementação das mais recentes tecnologias. Analisando apenas os aspectos físicos, busca-se, além do solo adequado, ou de fácil correção, a estrutura de relevo, da bacia hidrográfica, e da distribuição pluviométrica.

Os recursos hídricos tem sido, dentre os recursos mencionados, o de maior importância no final do século passado e início deste, visto que surgiu a necessidade de construir grandes usinas hidrelétricas para atender a linha produtiva e o comércio, uma vez que o país tinha e ainda possui um grande potencial energético com grandes rios. Dispunha de investimentos, tanto nessa área, como para os processos de irrigação, visando suprir a falta de chuvas em determinadas épocas do ano, sobretudo no Cerrado, onde as chuvas datam de aproximadamente seis meses, ficando outros seis em período de estiagem (SILVA, SILVA; PEREIRA, 2008).

Mendonça e Mesquita (2008) apresentam como cenário das construções de hidrelétricas, o início da década de 1970, no auge da crise do petróleo e das redefinições da divisão territorial do trabalho pelas grandes potências. Foi nesse período que o Brasil se reestruturou, redimensionando sua expansão capitalista e redirecionando não apenas a indústria, mas também a agricultura moderna, intensificando a cultura da cana-de-açúcar como matéria-prima para produção do agrocombustível a partir do etanol (Programa Proálcool), assim como a implantação de grandes projetos de energia hidrelétrica, criando um profundo reordenamento espacial no território brasileiro.

Indagam os autores que ao eleger como objetivo modernizar o latifúndio elegeu-se também os trabalhadores/camponeses como obstáculos a serem eliminados, como se não houvesse racionalidade no uso e ocupação da terra sob formas tradicionais

O território goiano é reconhecido por ter um potencial hidrelétrico extraordinário, em condições de aproveitamento a partir de curto prazo, dependendo apenas do forte e oportuno apoio institucional do governo. O Sudoeste Goiano tem sido palco de vários projetos hidrelétricos, sendo nove empreendimentos entre UHEs e PCHs, o que mostra o avanço no setor hidrelétrico pela necessidade das grandes indústrias. Às vezes grandes empresas investem no setor energético construindo usinas para garantir que a energia produzida em outras regiões seja revertida para o local de suas fábricas, é o caso das empresas de aços e alumínio que investiram em algumas usinas hidrelétricas no Sudoeste Goiano (SILVA, SILVA; PEREIRA, 2008).

A pesquisa de Souza e Borges (2008) tratou das transformações impostas pelo avanço tecnológico mediante os modelos energéticos instaurados no Município de Paranaiguara, cuja população foi desterritorializada e reterritorializada, conseqüência da construção da Usina Hidrelétrica São Simão na década de 1970. Essa obra destruiu a história e raízes desse povo, não levando em consideração suas formas de organização social e produção, nem tampouco seus modos de vida. Este município foi impactado pelo modelo do hidroenergético a trinta e três anos, e atualmente volta a sofrer impactos provocados pelo modelo energético, pela segunda vez, por intermédio da indústria agroalcooleira.

Souza (2005) menciona que as hidrelétricas estão entre os grandes projetos de apoio ao Brasil, no qual se mostram benéficas à nação no que concernem às necessidades da sociedade, produzindo um avanço técnico-científico de suma importância ao crescimento econômico do país. Entretanto, por outro lado, provocam graves conseqüências, tanto em aspecto regional quanto local, ou seja, acaba acarretando, no processo de extinção de postos de trabalho, a desterritorialização e reterritorialização da população local, raramente urbana, mas frequentemente, a população rural, além de desencadear um paradigma entre a relação espaço natural e sua modificação mediante processos industriais.

Vainer e Araújo (1992) descrevem as hidrelétricas como enclaves modernos que rompem as tramas e cadeias, consolidam antigas regionalizações, substituindo-as por outras, constituídas a partir delas. Essas construções possibilitam a transformação do estilo de vida das pessoas, muitas vezes beneficiando-as economicamente. Todavia, cabe ressaltar que a paisagem da cidade também é modificada por aspectos negativos, pois a mesma muitas vezes por não possuir infra-estrutura necessária para abrigar esse novo fluxo populacional, sofre o aumento de mazelas, violência, prostituição dentre outros problemas de cunho social. Afirmam os autores que esse fenômeno ocorre porque esses empreendimentos consolidam o processo de apropriação dos territórios constituídos, apropriando também dos recursos naturais e humanos, sob a lógica estritamente econômica.

Os princípios da humanidade no século XXI estão fundamentados na sustentabilidade de tecnologias energéticas limpas. Sendo assim, além de seu vasto potencial hídrico, as UHEs, assim como as usinas de álcool, são vistas como fonte de energia elétrica renovável e limpa, o que viabilizou sua intensificada construção no

Brasil (SOUZA; BORGES, 2008). É importante esclarecer que a energia hídrica é considerada limpa por não poluir visivelmente o meio ambiente em paralelo com os demais modelos energéticos brasileiros, mas poluem implicitamente degradando a paisagem a seu redor, destruindo faunas, bem como os sistemas fluviais, assim como a degradação social a partir da descaracterização da comunidade, da precarização do trabalho e da desterritorialização de modos de vida e de produção rural.

O conceito e a avaliação sobre as construções de usinas hidrelétricas têm posicionamentos conflitantes no cenário brasileiro, tanto em nível acadêmico como também na sociedade. De um lado, conforme Souza (2005) tem-se a empresa empreendedora da obra e o Estado, ambos com interesse em geração de energia; de outro lado temos os interesses da população local que deverá deixar “seu lugar”, “seu território”, e das entidades de apoio como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). Desta forma, estabelece-se um conflito entre o local afetado pelo empreendimento – interesses locais – e as necessidades do suprimento energético dos grandes centros consumidores – interesses nacionais e até internacionais (SOUZA, 2005).

Em visita, em duas etapas, a 45 proprietários de terras que terão suas propriedades inundadas pela Usina Hidrelétrica Caçu no ano de 2006-2007, o que se coloca como problema relevante, para os camponeses territorializados naquele espaço, é a necessidade de terem que abandonar um território já construído, com infra-estrutura básica já montada com moradias, produção, comércio, atividades comunitárias, atividades religiosas, educativas e lazer, e ainda a desagregação social das famílias – a vizinhança – que deverão ser reassentadas em outro local, juntas ou não. Tudo isso indica a preocupação e necessidade de readaptação

espaço-territorial, social, econômica e cultural das famílias a serem desterritorializadas.

O objetivo dessa pesquisa foi traçar um perfil das características sócio-econômicas e culturais das famílias, bem como da sua relação com o espaço/território caracterizado pelas relações com o rio, na margem direita do Rio Claro, no município de Caçu e na margem esquerda, no município de Cachoeira Alta, constituídas de pequenas propriedades.

Conforme Souza (2006), ancorado em documento da AGB e outras entidades do Estado de Goiás, esta e outras obras em projetos, se somarão as outras usinas já em operação no Estado. Dentre estas, Emborcação, Itumbiara, Cachoeira Dourada e Canal de São Simão no Rio Paranaíba, Corumbá I e IV no Rio Corumbá e Rochedo no Rio Meia Ponte. Consta no Documento da AGB que em cada uma das áreas, de raio não superior a 250 km, tenha uma proliferação de dezena de barragens. Diz ainda o documento que isso contribui para transformações drásticas:

[...] a proliferação de dezenas de barragens, [vem] contribuindo para uma transformação drástica na paisagem natural e espacial das regiões sul, sudeste, sudoeste e norte goiano, com a mobilização de milhares de famílias estritamente de agricultores, que sempre trabalham em regime familiar e que contribuem com enorme quantidade de produção de alimentos [...]. Ainda deverá ser considerado que no total para o Estado de Goiás serão mais 79 hidrelétricas em estudo, enquadramento e licenciamento, que deverão inundar uma área superior a 6.500 km² (AGB *et al*, 2005).

As mudanças regionais/locais promovem uma disputa pelo território entre a empresa empreendedora e as famílias a serem desalojadas. Assim sendo, o processo de implantação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) desencadeia o processo de desterritorialização e reterritorialização local e regional, sendo o espaço onde estão assentadas as populações, requisitado para outra finalidade. Em outras palavras, a população deverá ser removida do território em disputa (VAINER; ARAÚJO, 1992).

As propriedades pesquisadas, na sua maioria tinham por produção a pecuária, que chega a 73%, sendo pecuária leiteira 35%, pecuária de corte 31%, e pecuária de auto consumo 7%, não sendo de grande relevância a granja para consumo, a hortaliça, piscicultura, ovinos, soja, extração de areia e suínos. Pelos dados, essas famílias, na sua maioria, têm atividades de auto consumo.

Esta comunidade possui características de pequenas propriedades, como produção principal a pecuária de gado leiteiro, comercializando o produto para laticínios da região como a Cooperativa Agrovale. O fato de produzirem leite para o mercado não as dissocia do modo de produção camponesa, que, em conjunto com a atividade principal, desenvolvem atividades de auto consumo como a pequena roça, as pequenas criações, os derivados de leite e os pomares.

As famílias que vivem ou viveram neste local há décadas construíram suas vidas estruturadas em elementos sociais e culturais próprios da região e do lugar, onde a presença da água é de extrema importância, não somente do rio, mas também outros cursos d'água como ribeirões e córregos, haja vista que é um local rico em recursos hídricos. Segundo um morador da área de estudo: "É muito bom ter muita água por perto, a 1 Km do Rio Claro". "Próximo do rio tem terra de primeira, longe a terra é arenosa"⁴.

A proximidade do rio, para muitas famílias, além de fazer parte das suas vidas, representa lazer, favorece o turismo, pois se localiza a cerca de 2 km das propriedades, faz com que as terras sejam valorizadas e é fonte de recursos hídricos para dessedentação do gado. Nas palavras de um pequeno produtor, "é um lugar bom para se viver, pois até as árvores riem para mim"⁵.

SETOR AGROENERGÉTICO COMO PARTE DO MODELO AGROHIDRONEGÓCIOS

As inovações da modernização agrícola têm penetrado no meio rural dando uma nova roupagem à agricultura por influência do agrohidronegócio. Em função dos meios

⁴ Informação verbal por intermédio de entrevista em trabalho de campo, no ano de 2006.

⁵ Idem

técnico-científicos, essas indústrias têm implantado mecanismos que viabilizem em grande escala a produção voltada para o mercado. Os termos agro e hidro, dentro da produção para o mercado, preferencialmente o externo, se devem pelo fato de que, além da necessidade de energia elétrica produzida pelas hidrelétricas, a grande monocultura agrícola também tem utilizado grandes quantidades de água para irrigação das plantas, como a soja e a cana.

Para Almeida “atualmente, nova paisagem encontra-se nos horizontes do Cerrado goiano com a intenção declarada do governo estadual de incentivar, prioritariamente, as usinas de álcool de cana-de-açúcar” (2008, p. 64). Sabe-se que o Cerrado está em franca transformação, e se continuar neste ritmo poderá até mesmo desaparecer com o passar dos anos.

Chaveiro corrobora essa discussão quando escreve que:

[...] a disputa cultural, econômica e simbólica pelo cerrado é correlata ao modo, por exemplo, que o território goiano se insere no atual mundo. Essa inserção, veloz, diretiva e economicista, acende a vitalidade de outro nível de consciência que se vê desenraizada, vilipendiada, explorada, fragmentada, usada (2008, p. 76).

O cultivo da soja foi responsável pelo crescimento do agronegócio no Brasil, não só pela sua quantidade e valor financeiro, mas também em relação a sua importância empresarial no que confere a administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores de matéria-prima e negociantes. Na década de 1980 o Centro-Oeste se tornou um dos grandes produtores do grão, haja vista a expansão de fronteiras agrícolas no Cerrado, além das condições naturais favoráveis da região, como temperatura, relevo, abundância de recursos hídricos, promovendo as *commodities*.

Mendonça e Thomaz Júnior (2004) apontam a soja como referencial nas mudanças da política agrícola do país, gerando a segunda maior receita de exportação da balança comercial brasileira, perdendo somente para o setor automobilístico. Associada a essa cultura, o milho também merece destaque no mesmo período, haja

vista que ambos são matéria-prima básica para a produção de ração para a pecuária mundial. Por isso são produtos destinados especificamente para a exportação.

A cana-de-açúcar é outra prática agrícola que há muito tempo é cultivada no Brasil, desde o período colonial, passando pelas décadas de 1970 e 1980 com o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), contribuindo com a balança comercial do país. Atualmente, com o novo modelo energético brasileiro – a produção do etanol – o Brasil encontra-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, sendo São Paulo o principal e maior produtor da planta. Entretanto, a expansão canavieira em território goiano e mineiro apresenta expectativas animadoras para o setor agroalcooleiro e para os grandes empresários rurais que estão maravilhados com as rendas/lucros da cultura.

A produção do agronegócio insere-se no sistema produtivo da flexibilização, além dos fatores técnico-científico-informacional, pelos *commodities*. Seja para a cana-de-açúcar, seja para a soja, milho ou qualquer outra monocultura de exportação, antes mesmo dos empresários rurais iniciarem a produção, já tem mercado garantido, *in natura* ou transformado em outro subproduto como álcool, açúcar ou ração. O mesmo não se pode dizer dos camponeses que não conseguem produzir por não disponibilizar de alta tecnologia, de grandes extensões de terras, de capital, nem tampouco de orientação/consultoria para produção.

Por esse motivo, Mendonça e Mesquita (2008) destacam que em primeiro momento ocorre a desterritorialização dos trabalhadores/camponeses por não saberem cultivar as culturas modernas, visto que não eram agricultores profissionais e em segundo, porque as políticas públicas para a agricultura beneficiavam explicitamente os grandes empresários rurais transnacionalizados. Estes recursos

públicos foram responsáveis para a introdução da agricultura mecanizada e a biotecnologia, no Cerrado, modificando solos em terras planas, utilizando recursos hídricos e implantação de infra-estrutura e logística para o escoamento da produção.

Com a crise do petróleo em 1973, o governo brasileiro se viu forçado a investir em tecnologias que substituíssem a gasolina pelo álcool, incentivando a agroenergia pela implantação do Proálcool, como marco de sua modernização. Esse programa marcou também a intensa modificação na paisagem pastoril, pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar, conforme nos apresenta Mendonça e Thomaz Júnior (2004).

A busca pela competitividade, principalmente nos mercados externos, promoveu um reordenamento na agricultura brasileira comercial agro-exportadora, alterando sobremaneira as formas organizacionais da produção. A necessidade de reduzir custos na produção e na comercialização, assegurada quase sempre pela adoção de inovações tecnológicas, possibilitou uma maior integração entre as empresas (cadeias produtivas), ou seja, uma verticalização da produção (2004, p.102).

O capital, afirma Antunes, deflagrou várias mudanças significativas no processo produtivo capitalista, constituindo, dentre outros, formas de acumulação flexível, *downsizing*, formas de gestão organizacional, avanço tecnológico, culminando no chamado modelo japonês, o toyotismo, ou seja, “uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre capital e trabalho, com formação de um trabalhador mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de uma ‘maior realização no espaço do trabalho’” (2002, p. 24).

O modelo toyotista de produção alcança também a agricultura através dos avanços técnico-científicos e do efeito globalização através de *commodities* que industrializa a produção rural atraindo empreendedores do setor agroindustrial de vários países para o Brasil. Estes vêm facilidades no território brasileiro para o aumento de

seu capital financeiro, mediante a extensão territorial do país, a existência de solos férteis, de mão-de-obra barata, além da produção de insumos industriais no país.

A cana-de-açúcar tem sido utilizada para fins agrocombustíveis elevando o Brasil ao centro das atenções mundial. Os resultados têm sido muito positivos, a ponto de ser chamado por outras nações de “Arábia Saudita Verde”, em consequência do seu desenvolvimento econômico a partir do etanol (SOUZA; BORGES, 2008). Em contrapartida, denunciam Mendonça e Thomaz Júnior, que a disponibilização de créditos rurais a empresários agropecuários, também para a cultura da cana-de-açúcar, provocou a exclusão de pequenos e médios investidores que tentaram exercer a nova e moderna modalidade rural (2004, p.102).

A atividade agrícola nunca esteve tão próxima e se mostrou tão importante ao processo atual como nesse momento do capitalismo flexível e, associar o setor agroindustrial com o setor automobilístico não é tarefa difícil neste modelo. De um lado temos o início da transformação produtiva dentro da empresa Toyota do Japão, apresentando ao mundo o toyotismo, logo se expandindo para outras fábricas de automóveis, ganhando todo o setor industrial em seus variados ramos de produção. De outro lado o temos recentemente penetrado também no processo de produção agropecuária.

A indústria automobilística aposta agora em um novo combustível que possa, não apenas conter os aumentos e crises do petróleo, mas, sobretudo, aliviar a tensão que a sociedade vivenciava com a possível escassez do petróleo, haja vista ser um recurso natural não renovável. Na verdade, o setor agroalcooleiro desenvolve, dinamiza e alimenta a acumulação de capital, não apenas no setor automobilístico,

mas também no energético, a partir da produção de energia elétrica pelo bagaço da cana, no alcoolquímico e, dentre outros, no setor industrial de forma geral.

A partir desse modelo tecnológico de produção agrícola, o espaço rural foi tomado pelos processos industriais, aonde grandes empresas rurais se instalaram no campo modificando sua paisagem. São empresas que detêm todo o processo industrial, desde o plantio de cana à produção de álcool, açúcar e subprodutos derivados da planta, ou seja, todos os setores de produção são geridos pela empresa empreendedora. Dentro do padrão de produção toyotista, está presente também a terceirização e, neste caso e de forma até mais complexa, observa-se que os produtores de cana são prestadores de serviços à usina de álcool, como fornecedores da matéria-prima, e esta, por sua vez, presta serviços no plantio e colheita mecanizada da cana, visto que estes não têm capital suficiente para adquirir as máquinas e equipamentos necessários.

Ao se analisar essa estrutura sob o ponto de vista capitalista, o fato de haver sujeitos que não se enquadram nesse modelo produtivo, não significa empecilho para o desenvolvimento da organização produtiva, ou seja, as oportunidades se estendem a todos. Se existem pessoas que não conseguem se enquadrar, a culpa é exclusivamente delas e não do sistema. É bom lembrar que esse pensamento é extremamente capitalista e individualista, o que significa que, ao analisar a categoria camponesa ou agricultores familiares, o problema se torna ainda maior. De acordo com Antunes, para opor-se às lutas sociais,

O capital iniciou um processo de reorganização das formas de dominação societal, não só procurando reorganizar o processo produtivo em termos capitalistas, mas procurando gerar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. [...] No plano ideológico, isso foi feito através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário

fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (2002, p. 24).

Mesmo que a prática e o discurso da estrutura produtiva flexível se utilizem de novas técnicas de gestão da força de trabalho, a partir do “trabalho em equipe”, “células de produção”, “times de trabalho”, prossegue o autor, o contexto da relação capital trabalho é extremamente individual. Se uma máquina de colher cana-de-açúcar é implantada no processo produtivo, dos 70 a 80 trabalhadores assalariados do setor de colheita, apenas cerca de 10% que se qualificarem, poderão continuar. O restante, “não quiseram se (re)qualificar”, logo, o desemprego, a pobreza material e imaterial desses homens e suas famílias não é culpa da empresa ou do sistema. O trabalhador que não serve mais aos propósitos desse capital fica na região como mão-de-obra de baixa qualificação ou retorna para a sua terra como migrante fracassado.

A flexibilização impõe, portanto, que parte do tempo livre do trabalhador seja destinado à (re)qualificação. É a subjetividade operária incorporada pelo capital, o que significa captura integral da subjetividade do trabalhador (ANTUNES, 2004). É uma participação manipulatória que preserva a essência do trabalho alienado e estranhado, conclui o autor.

Isso significa que na modernidade, o que se sobressai é a qualidade individual, em detrimento de toda espécie de trabalho coletivo e principalmente solidário, ou seja, todas as experiências sociais de costume tradicional na área rural – mutirões, festas religiosas populares, partilhas de sementes e produtos, dentre outros, são banidas. Contudo, a relação com as lutas sociais são as que mais preocupam os capitalistas “modernos”, pois estas são, verdadeiramente, contrapoder ao sistema e sua organização do trabalho e da produção.

A territorialização da indústria agroalcooleira desencadeia a desterritorialização de outras atividades econômicas, sociais e culturais, principalmente produtores rurais tradicionais. Esse movimento produz contradições e conflitos, possibilitando inclusive o surgimento de novos territórios, ou seja, a cana-de-açúcar ocupa um espaço já ocupado e nesse mesmo espaço podem surgir possibilidades e impossibilidades para os produtores tradicionais se manterem como tais ou mesmo se ressignificarem produtivamente ou culturalmente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao analisar as alterações da produção dos meios de vida da população tradicional do Cerrado, bem como das suas identidades e valores culturais, é possível entender que o processo está posto e ajudado pelo Estado. Buscando entender a nova relação destas famílias com a atividade sobreposta na região – a produção agrocombustível – tem-se que novas formas de tempos de produção e de vida estão se desenvolvendo a partir da reocupação do espaço rural. Entendemos que no Cerrado, o modo de vida tinha suas manifestações no espaço, constituindo-se em territórios. A produção podia ser realizada em pequena escala, e o modo de vida impresso nesta paisagem estava relacionado ao modo de ver, morar, pensar e conceber o Cerrado e os outros.

Entretanto, as relações socioeconômicas não findam nessa questão. Há milhares de trabalhadores assalariados, muitos destes ex-camponeses

desterritorializados, que trabalham no corte da cana, manual ou mecanizado. Em se tratando de uma organização do trabalho próprio do sistema capitalista, muitas situações de desconforto e desumanas são estabelecidas e não muito difícil de serem detectadas.

Nesta nova fase do capitalismo, a flexibilização na produção, se por um lado se destaca a qualidade e velocidade no setor produtivo, por outro, desencadeia uma série de problemas no mundo do trabalho, sendo os principais, a precarização do trabalho, o desemprego e subemprego e a minimização dos direitos conquistados, dentre estes, os níveis de salários.

Uma questão de maior relevância para a pesquisa é a relação expulsão/desterritorialização dos camponeses e/ou agricultores familiares de suas pequenas propriedades que não podem entrar no embate econômico com os grandes produtores e, sobretudo com o capital energético, assim como também não conseguem resistir em seus lotes, com sua produção alimentar, visto estarem cercados pela cultura da cana-de-açúcar.

Em nossas pesquisas, procuramos analisar essa relação, com ênfase nos desdobramentos desse processo: esvaziamento do campo; aumento do desemprego; precarização do trabalho e outros fatores sociais na cidade, bem como a redução da produção alimentar e o enfraquecimento das organizações e da consciência de classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- AGB *et al.* **Documento Encaminhado à Promotoria de Justiça MP/GO**, Caçu, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. *In:* ALMEIDA, M. Geralda, CHAVEIRO, Eguimar F. e BRAGA, Helaine C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares** (Org.). Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47-74.
- ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *In:* **Caderno CRH**. Salvador, n. 37, p. 23-45, jul/dez. 2002.
- ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *In:* **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. *In:* ALMEIDA, M. Geralda, CHAVEIRO, Eguimar F. e BRAGA, Helaine C. **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares** (Org.). Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 75-97.
- DIAS, Edmundo Fernandes. "**Reestruturação produtiva**": forma atual da luta de classes. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_03.pdf>. Acessado em 12/12/2008, 00:15.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Geografia, identidade e resistência do trabalho: o exemplo dos Povos Cerradeiros - Goiás – Brasil**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/10%20GT%20Marcelo%20Rodrigues%20Mendon%C3%A7a,%20Ant%C3%B4nio%20Thomaz%20J%C3%BAnior.pdf>>. Acessado em 14/12/2008.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e THOMAZ JÚNIOR, Antônio. A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía**, UNAM. ISSN 0188-4611, Núm. 55, 2004, pp. 97-121. Disponível em: <http://www.igeograf.unam.mx/web/iggweb/publicaciones/boletin_editorial/boletin/bol_55/b55-6.pdf>. Acessado em 22/04/2011>.
- MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e MESQUITA, Helena Angélica de. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências**, s.d. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/t24a.pdf>>, acessado dia 14/12/2008.
- MOREIRA, Ruy. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. *In:* **Ciência Geográfica**. Bauru: VII, Vol. III, Set/Dez 2001.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Bruna A. dos S., SILVA, João Paulo A. e PEREIRA, Maria de Lourdes. **Transformações sócio-culturais na Cidade de Aparecida do Rio Doce-GO com a implantação da PCH Irara.** (Monografia). 73 f. Quirinópolis: UEG, 2008.

SOUZA, Edevaldo A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Engº. Sérgio Motta: Reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana, Brasilândia-MS.** 166 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, de Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, Edevaldo Aparecido *et al.* Análise das condições sócio-econômico-culturais da população ribeirinha do Rio Claro, Município de Caçu-GO. *In*: SIQUEIRA, Marcelo Rodrigues *et al.* (Org.). **Anais do III Seminário de Iniciação Científica e VI Jornada Interdisciplinar: Função social da pesquisa.** Quirinópolis: UEG, 2006, p. 131-142.

SOUZA, Edevaldo Aparecido e SANTOS, Rosselvelt José. Resignificações no Cerrado: das roças às imposições tecnológicas. *In*: **IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital.** Catalão: UFG, 2008.

SOUZA, Fábila Rúbia de e BORGES, Pâmella Martins. **Os impactos do modelo energético e a gênese do setor agroalcooleiro no Município de Paranaiguara – 2006/2008.** (Monografia). 66 f. Quirinópolis: UEG, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil.** Apresentação no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Petrolina/PE, 2002.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

ZARIAS, Alexandre e EVANGELISTA, Rafael. O mundo do trabalho em mutação: profissões deixam de existir; novas funções são criadas. *In*: **BR Notícias do Brasil, Ciências e Cultura**, vol.56, n.1. São Paulo Jan/Mar 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000100004&script=sci_arttext.